

Texto apresentado pela Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva – Unesp/UFSCar, na Mesa Redonda “Pesquisas em Assentamentos Rurais e Comunidades Tradicionais: Diferentes Construções Metodológicas”.

VI Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2013.

Agradecimentos:

Gostaria de externar meus profundos agradecimentos à Comissão Organizadora da VI Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, particularmente, à professora Sônia Bergamasco. Quero também cumprimentar minhas colegas e amigas desta mesa e demais pessoas presentes e pedir desculpas pela impossibilidade de estar aqui presente. Neste instante, meus pensamentos e sentimentos estarão bem perto de vocês.

O texto escrito versa sobre alguns pontos das lembranças, aqui traduzidas em forma de uma breve narrativa, de minha experiência de pesquisadora com mulheres e homens do campo. Ressalto, de antemão, que esta experiência traduziu-se não apenas em publicações acadêmicas, porém como verdadeiro fermento para minha práxis.

Primeira lembrança: o barracão

Em 1985 estabeleci o primeiro contato com os camponeses do Vale do Jequitinhonha, ocasião em que realizava uma pesquisa com trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto/SP. Era um domingo do mês de junho. Fazia muito frio. Após entrevistar alguns trabalhadores de uma grande fazenda, produtora de café, obtive a informação da existência de um barracão com mineiros, situado do outro lado de um córrego, em cujas cercanias localizava-se o haras do fazendeiro com cavalos premiados em concursos nacionais e internacionais.

Até então, eu desconhecia a presença daqueles trabalhadores. A bibliografia pertinente ao tema tampouco fazia referência a eles. Em minhas pesquisas anteriores, encontrei muitos “boias-frias” ou “paus de araras”, residentes nas cidades-dormitórios e provenientes da área rural do estado de São Paulo, os quais vivenciavam o processo recente de expulsão do campo pela política da modernização posta em prática nos anos da ditadura militar. Para os viajantes

das estradas paulistas, a imagem dos homens e das mulheres sendo transportados em carrocerias de caminhões ou trabalhando nos infinitos canaviais, laranjais e cafezais fazia parte da paisagem, sendo percebida como natural. Ainda que a imprensa veiculasse notícias sobre os inúmeros acidentes ocorridos em razão dessa forma de transporte, aquele não era um problema social e político relevante naquele momento para o *status quo*.

Ao chegar ao barracão, deparei-me com muitas mulheres, homens e crianças que estavam do lado de fora, aquecendo-se ao sol em razão do frio intenso. De início, houve um constrangimento de ambas as partes. Afinal, éramos estranhos entre nós mesmos. De meu lado, houve um espanto e incredulidade diante do que via; do lado daquelas pessoas, pairava no ar o questionamento acerca de minha presença, inicialmente, pensada como se fosse alguém pertencente à fazenda. Passados aqueles momentos de estranhamento mútuo e dúvidas, iniciamos a conversa. Perguntei-lhes sobre as razões de estarem ali, de onde provinham, o que faziam em suas terras e assim por diante. Paulatinamente, o estranhamento foi se dissipando e fui percebendo com maior nitidez a realidade daquelas vidas diante de mim. Não gravei nenhuma conversa. Ouvi muitos relatos sobre o trabalho e, sobretudo, o sofrimento, por estarem longe de suas terras. Contudo, o registro em meu caderno de campo foi insuficiente para dar conta do indizível, do silêncio, das falas entrecortadas por soluços, dos olhares dirigidos a lugar nenhum, da miséria dos corpos, do encolhimento, da dor sentida pelos doentes e, mais ainda, da saudade da “terra da gente”, “do lugar da gente”. A impressão registrada era a de pessoas “exiladas”, fora de seus rincões, arrancadas de suas raízes. Soltas, sem lugar de pertencimento.

O barracão enfeixava um quadro de miséria humana. Sua arquitetura refletia o retrato da dominação, exploração, contrastante com a arquitetura do haras, do outro lado do córrego, com seus belíssimos cavalos aureolados em vários concursos. Nos cinco “quartos”, divididos por plásticos pretos, as sessenta pessoas ali estavam acomodadas, independentes do sexo, idade, estado civil e grau de parentesco. O critério da divisão era tão somente o quantitativo. Os fogões à lenha – em número de oito – situavam-se em frente aos “quartos”, imprimindo ao ambiente, em virtude da fumaça, um aspecto lúgubre. Não havia

água encanada nem energia elétrica. A higiene corporal era feita no córrego, apesar do frio.

Duas frases ouvidas foram registradas em meu caderno de campo, inúmeras vezes: “aqui não é o lugar da gente”; “aqui não é a terra da gente”. Ao sair do barracão, no final daquela manhã domingueira, fui acometida de muitas emoções; revolta diante da injustiça social experimentada por aquelas pessoas; impotência diante do fato presenciado. A partir de então, formulei um projeto de pesquisa para conhecer “a terra daquela gente” e entender por que estavam na “terra que não era daquela gente”.

Assim, cheguei ao Vale em 1988. De lá para cá, foram muitas andanças. Palestras, textos escritos publicados em revistas e livros; muitas apresentações em Congressos nacionais e internacionais. Levei para incontáveis cantos do país e de lugares estrangeiros as imagens e narrativas de homens, mulheres e crianças da “terra da gente”; iniciei uma colaboração frutífera, que já dura mais de 20 anos, com a Pastoral do Migrante; conheci inúmeros pesquisadores que se debruçaram sobre a temática das migrações e das sociedades camponesas. E mais ainda. Aprendi várias lições transmitidas por camponesas, que, embora sendo ágrafas, tinham um conhecimento ímpar advindo de suas experiências moldadas pela vida. Lições aprendidas e, a partir de então, transmitidas a inúmeras gerações de estudantes. Lições guardadas em minha memória como verdadeiros tesouros.

Segunda lembrança: O BALANÇO E A ÁRVORE

No mês de junho de 1993, trabalhadores sem terra acamparam no bairro Quitandinha em Araraquara/SP, bem próximo ao Instituto de Química da UNESP. Eram então, em torno de 30 famílias. À primeira vista o acampamento, com a cartografia costumeira das barracas de lona preta destoava do entorno, ladeado por avenidas e construções do espaço urbano. Na verdade, a primeira impressão era a de que se tratava de um não lugar, ocupado por estranhos à cidade, intrusos que ali permaneciam para enfear, desarrumar a ordem visual e

especial dos moradores e dos passantes. Aos poucos, esta primeira impressão ia se desfazendo. O não lugar recebia, paulatinamente, as marcas de seus novos moradores. A disposição das barracas seguia um plano preestabelecido, a localização dos lugares coletivos, como a cozinha, o banheiro, o tanque, além da barraca para as reuniões e tomadas de decisões. No interior das barracas havia colchões, sacos de roupas, utensílios de cozinha, algumas cadeiras. Apesar das condições precárias, a limpeza predominava em todo o espaço. Em frente à avenida principal, foi demarcada a entrada do acampamento. Traços no solo e a faixa, "*Terra para quem nela plantar*", sinalizavam a área como espaço ocupado pelos novos moradores. Duas bandeiras, a nacional e a do MST, tremulavam na ponta de um enorme mastro de bambu. Aliás, todas as barracas foram construídas de bambu. Em razão da precariedade das barracas, a sociabilidade se desenrolava fora das mesmas. Aproveitando a sombra em determinadas horas do dia, as pessoas conversavam, as crianças brincavam, as mulheres lavavam roupas e preparavam as refeições. Trabalho e lazer se misturavam.

Dois aspectos merecem ser destacados. No interior de uma das barracas, havia um balanço, também feito de bambu, que se prendia ao teto. O balanço, o brinquedo para a criança, não fora esquecido pelos pais, no momento de fabricação da barraca. No centro do acampamento, uma frondosa árvore, cuja sombra, sobejamente aproveitada, se transformara no ponto de encontro, de parada para estes caminhantes.

O pensador francês, Henri Lefèbvre, afirma que o espaço humano, tal como uma ostra, traduz a relação indissolúvel entre o molusco e o caracol. Inspirando-se nesta metáfora, as primeiras impressões sobre o acampamento transformaram-se. Ao invés do preto das lonas, surgia um mundo colorido por meio do brinquedo da criança. Com ele, um mundo imaginário e imaginado se amalgamava às fantasias do devaneio. Nem todas as pressões, as tensões, as incertezas foram capazes de borrar a sensação de paz, de conforto físico e d'alma, produzidas por aquele brinquedo. Os especialistas, precedidos pelos adultos sabem o significado do brinquedo para a criança. Enquanto brinca, a criança desenvolve com o objeto brincado uma perfeita interação social. Mais ainda. Ela transforma o objeto em sujeito. Humaniza-o, naturaliza-o, segundo

sua imaginação, que se revela livre e criativa. O balanço, único brinquedo visto, parecia reinar sozinho naquela barraca. Permanecia inerte, à espera de seu (sua) companheiro (a), que, naquele momento, estava na escola.

A imaginação adulta pôde ver o invisível. A criança, assim chegando, sentada no balanço, impulsionado-o para frente, para trás, buscando cada vez mais, o ponto mais alto, sentido o vento no rosto e a sensação dos cabelos em desalinho. Com certeza, ao olhar para o teto, pontos brilhantes apareciam, não provenientes da lona preta, porém das estrelas do céu. Era capaz de ver além do teto. Neste momento, o olhar invisível do adulto captou as lembranças de uma linda poesia de Charles Baudelaire, Os cegos, quando, na última estrofe, pergunta: “ *digo: que buscam estes cegos ver no céu?*”

Charles Baudelaire, um dos poetas mais brilhantes e críticos do mundo burguês, por volta dos meados do século XIX, quando a cidade de Paris sofrera muitas transformações, que a conduziram ao patamar de uma das mais belas do mundo, ele a percorrera durante as noites, com fome, pouco agasalhado, com os sapatos furados – fato que lhe traria a doença que o conduziria à morte -, para ver os desvalidos, os bêbados, as prostitutas, os mendigos nos vãos, nos não lugares do espaço urbano moderno. Seus olhos viam o mundo subterrâneo da riqueza, do luxo, da modernidade. Por isso, fora, tal como seus versos, banido. O poeta immortalizou seus versos retirando do efêmero, do fugaz da modernidade, tudo o que pode ser eternizado. Assim, o olhar dos cegos em direção ao céu constitui-se na metáfora, na expressão do indizível, do avesso do mundo real dos excluídos da Paris do século XIX.

Tal como este olhar em direção ao céu, o imaginado balançar da criança - com a cabeça pendida e o olhos buscando as estrelas -, figurou-se como o símbolo da passagem para outro tempo e outro lugar.

A alguns metros dali, a sombra de uma linda árvore era um convite ao descanso, à conversa entre caminhantes, vindos de diferentes lugares. No Brasil, no passado, muitos migrantes nordestinos, acossados pelas secas e pela miséria, dirigiam-se às regiões do centro-sul, às vezes a pé ou em lombo de animais. Nestas andanças, que duravam muitos meses, costumavam parar para o descanso em baixo de frondosas árvores. Ademais do encontro com

outros viajantes, deixavam seus nomes gravados nos troncos das árvores, assim como as respectivas datas de suas passagens. Deste modo, como verdadeiras estelas, estas árvores eram verdadeiras guardiãs das histórias e dos itinerários percorridos no tempo e no espaço por um grande número de pessoas, cuja identidade somente interessava àqueles que compartilhavam o mesmo destino de errantes.

Ao estabelecer um paralelo entre as duas árvores, aquela do passado e esta do presente, pode-se perceber o mesmo simbolismo. Ponto de encontro, encruzilhada de destinos iguais, ponto final de muitos errantes e poucas certezas. As duas árvores representam a passagem estreita, invisível para um outro lugar. Passagem possui o mesmo radical de passado e significa uma verdadeira transgressão do último limiar de errantes. Neste sentido, muito embora, a árvore do presente não tenha sido gravada com os nomes dos acampados, ela, seguramente é também guardiã de seus segredos, seus projetos de vida, suas esperanças. Graças a ela, foi possível a parada, o repouso para o espírito e o pensamento. Se a árvore do passado permitia o reencontro dos perdidos, dos desenraizados, esta cumpre a mesma função ao sinalizar novas sendas a serem percorridas.

Balanço e árvore. Componentes necessários do cenário do acampamento. Duas imagens, cujos significados estão inscritos no avesso da história destes caminhantes. Tal como a metáfora acima, da ostra e do caramujo, estas duas imagens constituirão os pontos brilhantes, os signos premonitórios de outro tempo e de outro lugar com muitas árvores e muitos balanços ...

Terceira Lembrança: as “quarenta voltas”

Em 1999, durante pesquisa de campo nas áreas canavieiras da Paraíba, juntamente com Marilda Menezes, realizamos uma visita aos alojamentos de trabalhadores migrantes da Paraíba para a Zona da Mata Norte em Pernambuco. Assim, escrevi naquele momento:

Havia poucos trabalhadores no alojamento, onde acabavam de chegar do trabalho. Havia apenas um trabalhador de Fagundes, município paraibano, de

onde migram muitos camponeses. Os demais eram oriundos do próprio estado de Pernambuco. Alguns já havia trocado de roupa, outros estavam preparando o almoço. Em virtude do controle exercido pelos feitores da usina, estávamos muito apreensivas não somente em relação ao nosso trabalho, como também em relação aos trabalhadores. As condições de vida nesse alojamento eram semelhantes às registradas por mim em 1985, citadas logo no início deste texto. Lembrei-me daquela situação experimentada há quase 14 anos atrás, quando imaginei que, em nenhum lugar poderia encontrar algo semelhante. Precariedade, total desconforto são palavras pouco significativas para retratar aqueles lugares. Somente o registro feito pela imagem poderia dar conta da dimensão do processo de exploração, dominação, desqualificação e depredação daqueles homens. O alojamento é o prolongamento daquilo que se observa no eito dos canaviais. Amontoados em quartos escuros, mal ventilados, sujos, eles sentem o peso de serem mercadoria barata num mundo em que os direitos apenas existem no papel. Vivem vigiados e escondidos. Os quartos de dormir estavam cheios de roupas sujas, panelas, botas, redes, instrumentos de trabalho, como os facões, lenha utilizada para o preparo da comida. Tratava-se de um lugar não de morada, mas de passagem. Tudo ali refletia miséria e transitoriedade. As instalações sanitárias eram precaríssimas, sem considerar, o local destinado ao preparo da comida. Ali, nenhum cuidado referente à higiene existia. No centro de um grande compartimento, havia um conjunto de fogões à lenha, onde os trabalhadores preparavam suas refeições às pressas. Os caldeirões, enegrecidos pela fumaça, traziam em seu interior um pouco de feijão com carne de sol. Pela manhã, quando saíam para o trabalho, levavam um pouco de fubá cozido ('quarenta voltas', isto é, mexido com uma colher de pau, quarenta vezes), o qual servia como refeição por volta das 9:00hs. Em se tratando de uma atividade que exige um grande dispêndio de energia, pode-se avaliar quão esta alimentação é deficiente e insuficiente para garantir a saúde e as condições mínimas de reprodução desta força de trabalho. Seus corpos refletiam a situação à qual estavam submetidos. Corpos esqueléticos, rostos com marcas profundas estampados nos olhares entristecidos, sem muitas indagações. Nosso tempo de permanência neste alojamento foi muito curto. A vigilância não nos permitiu um maior contato. Rapidamente, despedimo-nos dos trabalhadores e, em seguida, dirigimo-nos a

outro, denominado Alojamento do Engenho Japomin, situado nas terras da Usina Santa Teresa.

Antes de chegarmos a aquele local, conversamos com alguns moradores de um aglomerado de casas (em torno de 20), encravado no meio da cana. Em todas as casas, ao lado da porta da entrada havia marcas nas cores verde ou vermelha. Inquiridos sobre as razões daquelas marcas, os moradores nos responderam que a marca vermelha significava que o morador não possuía mais o direito de morada, devendo partir, pois, também era-lhe negado o trabalho na usina. Ao contrário, a marca verde sinalizava a permissão do proprietário para permanecer.

Minha memória registra a figura de um trabalhador, já idoso, que afirmou que ele, seus pais e avós haviam nascido naquelas terras e que jamais havia saído dali. Conquanto a cor vermelha impressa em sua casa lhe significasse a expulsão, ele não entendia as razões daquela decisão, pois, a área que ocupava possuía poucos metros quadrados, sem contar que seu sustento era conseguido por seu próprio trabalho nas plantações de macaxeira, de frutas e caça de alguns animais silvestres. Do alto de sua varanda, onde havia o forno da casa de farinha, ele mirava a imensidão do vale verde com canaviais, dizendo a si mesmo que não poderia sair dali. Ali era sua terra, seu lugar.

Quarta lembrança: Farinha, 'cuxá', azeite, arroz, a Galha azul. A presença ausente

Apoiando-se nos dados de uma pesquisa, realizada em 2007, com camponeses do Maranhão (região dos cocais), expropriados de suas terras por meio da violência de grandes empresas e latifundiários, que se transformaram em migrantes para os canaviais do estado de São Paulo, onde se concentram as maiores usinas de açúcar e álcool (etanol) do país, o objetivo principal foi o de contribuir para os estudos das migrações internas, basicamente aquelas definidas como temporárias, sob a ótica dos processos sociais, segundo a definição de Elias.

Quando realizei a pesquisa etnográfica na rodoviária de Timbiras-MA, a fim de acompanhar a saída para “Ribeirão” (assim denominado todo o interior de São Paulo, onde se concentram os canaviais), constatei a seguinte situação: Além dos migrantes, os familiares – pais, mães, avós, irmãos, esposas, filhos – e conhecidos, que ali se aglomeravam antes da partida dos ônibus (clandestinos, alugados pelos “gatos”), observou-se que a bagagem dos migrantes não consistia apenas da sacola com os pertences pessoais e a “merenda” para os três dias de viagem, mas também havia muitos sacos de farinha de mandioca e de arroz.

Muitos caminhões chegavam do “interior” (dos povoados da área rural) trazendo pessoas e estes produtos. Havia também aqueles que os transportavam em motos e bicicletas. O tempo da partida durou em torno de três horas. Jovens casais se despedindo, mães abençoando os filhos, crianças com olhares tristes e assustados. A emoção predominava em cada canto e em cada gesto. Entre os presentes estavam o “gato”, o motorista do ônibus e uma mulher branca, cujas características étnicas contrastavam com as das demais. Soube-se depois, que esta mulher, proveniente de Goiânia, fazia parte da rede de aliciamento destes trabalhadores.

Outra informação recolhida no local foi a de que um dos *gatos* da cidade de Timbiras possui uma loja que vende passagens de ônibus clandestinos para o estado de São Paulo, principalmente, para a região de Ribeirão Preto, durante todo o período da colheita da cana (9 meses ao ano). Até então, acreditei que houvera dois momentos do trânsito dos migrantes: um no início da safra (mês de março/abril) e outro no final (novembro). Inquirido sobre essa questão, ele nos informou que durante todo o tempo há trabalhadores que vêm e outros que voltam, sem contar a presença de muitas mulheres, cujos maridos, após receberem o primeiro salário, enviam-lhes o dinheiro para a compra das passagens. No caso dos trabalhadores que regressam antes da safra, os motivos variam: muitos não suportam a dureza do trabalho; outros não são selecionados pelas usinas em razão de não conseguirem manter os altos níveis de produtividade no corte da cana; outros adoecem; outros em virtude de acidentes de trabalho não podem mais trabalhar; outros são despedidos por não acatarem as normas de controle no ato do trabalho; outros partem em

busca de outros lugares de trabalho; outros ainda, atraídos pelas promessas enganosas de aliciadores, ao não encontrarem trabalho, são “expatriados” pelas prefeituras locais em ônibus que os levam de volta aos seus lugares de origem¹. Na safra de 2007, a “expatriação” de maranhenses ocorreu em várias cidades desta região: Guariba (43); Dumont (100), Dobrada (250), segundo informações da Pastoral do Migrante. Após a viagem de mais de três dias e três noites, estes trabalhadores são “despejados” nestas cidades. A maioria não possui dinheiro para a compra da passagem de volta, para a compra de alimentos e nem para o aluguel dos *barracos*. Recebem alimentação das prefeituras e em seguida são “extraditados”, conforme o título da reportagem; Prefeituras “extraditam” boias frias sem emprego (Folha de S. Paulo, ribeirão, 22 de maio de 2007, C1).

Ademais do azeite, farinha, arroz, outro produto trazido pelas mulheres migrantes é uma planta vinagreira, utilizada como tempero (cuxá). Na capital do Estado e em grande parte do interior do Maranhão esse termo utilizado para denominar a planta é vinagreira e o cuxá seria o prato preparado com a vinagreira (exemplo: arroz de cuxá, ou somente o cuxá que é um acompanhamento feito com vinagreira, gergelim e camarão seco). Esses produtos exercem o papel de solidificar a identidade maranhense dos migrantes. Não são apenas produtos de consumo, mas conservação de práticas culturais. Essas pessoas ao se deslocarem, transportam sua bagagem e também suas práticas culturais, seus hábitos alimentares. Vi em muitas casas de migrantes maranhenses mudas de cuxá plantadas em vasos ou em pequenas hortas.

Além da presença, em alguns casos, da família ou parte dela, a presença desses produtos trazidos na bagagem dos migrantes é uma forma de diminuir as distâncias, de aproximar os tempos de lá e de cá, de tornar a ausência, presença. Enfim, é uma forma de conservar o passado e a tradição, ainda que parcialmente. É nesse contexto que os migrantes permanentemente temporários agem como protagonistas desse processo social. São eles próprios constituídos por pares opostos, contraditórios, pertencentes a dois

mundos sociais distintos: o mundo camponês em processo de eliminação e o mundo capitalista em processo de acumulação acelerada. É a dialética produzida por esses dois mundos que os move e, ao mesmo tempo, eles a movem. A direção desse movimento não é em linha reta. Do mesmo modo, trata-se de um processo reversível e não teleológico.

Assim, poderia citar inúmeros depoimentos de assentados do Horto Guarani (em Pradópolis) e Bela Vista (em Araraquara) nos quais a reforma Agrária é constituinte de suas experiências de lutas e resistências. O excerto da entrevista com Dona Maria do Assentamento Bela Vista traz o seguinte ensinamento:

A Bela Vista é um diamante bruto que precisa ser lapidado para que a Reforma Agrária seja como a Galha Azul (...) A Galha Azul ela é do sertão, ela trabalha, ela pega o pinhão e enterra. Então, é onde que formam os pinheirais, e depois levam as toras para as serrarias, fazem das tábuas do pinheiro a fábrica de papelão no Paraná. Então, ela é um 'bichinho' assim que trabalha. Ela preserva a natureza, também. Então ela ensina a gente (...). Ela ensina a gente, que a gente tem que trabalhar, a gente tem que plantar a 'sementinha' para dar o fruto para a gente ter o alimento. Para a gente e para o povo lá fora, também. Então, é a Reforma Agrária, todo mundo tem que trabalhar, tem que plantar essa 'sementinha', porque se nós não plantarmos essa 'sementinha', nós não vamos ter comida. Tem que ser como a Galha Azul. A reforma agrária tem que ser como a Galha Azul .

Minha trajetória de pesquisadora registra ainda muitas outras lembranças. Em razão do tempo, vou parando por aqui.

Para finalizar, hoje, passados tantos anos, deixo registrado estes fragmentos de narrativas de pesquisa com homens e mulheres, cuja história é permeada pela labuta e teimosia para viver tão perigosamente, tal como afirmara Riobaldo, no Grande sertão. Veredas:

Viver é perigoso. O Sertão - se diz: o senhor querendo procurar, nunca não se encontra. De repente, por si, quando a gente não espera, o

sertão vem (...). O sertão é uma espera enorme, onde o viver é um descuido prosseguido, onde as pessoas e as coisas não são de verdade, onde o real não está na saída, nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

Apreendi muitas lições com camponeses (as) do Vale do Jequitinhonha, e do Maranhão, com migrantes de vários estados do nordeste, com as quebradeiras de coco babaçu, com acampados (as), com assentados (as) do Horto Guarani em Pradópolis e Bela Vista em Araraquara. Foram lições que me imprimiram marcas muito profundas como pesquisadora e como pessoa compromissada com a justiça social e os direitos humanos. Oxalá, essas pessoas soubessem o quanto foram lembradas por mim. O quanto delas falei, o quanto elas me inspiraram e, sobretudo, o quanto suas experiências de vida e luta foram transmitidas ao longo desses últimos tempos durante tantas andanças. Experiências que equivalem a tesouros na expressão de W. Benjamin.

O ato de narrar revela a tecelagem da experiência, tal como numa oficina. Oficina é o lugar de transformação, lugar onde se pratica o ofício, isto é, uma ocupação permanente de ordem intelectual ou não a qual envolve certos deveres ou encargos ou um pendor natural. O sociólogo norte-americano, Wright Mills na década de 1950 se reportava à ciência social como um ofício, como algo que faz parte da vida, e não simplesmente como tarefa a ser cumprida em virtude das exigências das instituições e agências financiadoras de pesquisa por meio de relatórios e publicações. Mills se referia ao cientista social como artesão intelectual.

O ofício do artesão pressupõe a imersão na totalidade do processo de trabalho. Concepção, escolha do material a ser trabalhado, das ferramentas são indícios necessários do *savoir faire*, isto é, do *métier* do artesão, cujo produto é pautado pela marca de seu criador e definido por sua qualidade. Não se trata, portanto, de um trabalho alienado, fragmentado, medido pelo quantitativo e pelas marcas da impessoalidade e generalidade. Nesse sentido, há uma verdadeira fusão entre vida pessoal e intelectual, quando se trata do ofício, particularmente do artesanato científico.

Tal como as artesãs da vida do Vale do Jequitinhonha, das quebradeiras de coco babaçu, que lutam para que o coco seja livre e não preso, cercado pelos

grandes empresários, de trabalhadores e trabalhadoras migrantes e em luta pela terra e para ficar na terra, meu intento nesta breve narrativa foi o de seguir seus passos na busca do farol luminoso da justiça social, onde a utopia possa deixar de vir a ser para ser, de real virtual para virtualidade real.

**Dedico estas palavras a duas mulheres batalhadoras e destemidas. Com elas fui inserida no mundo da luta pela terra e para nela ficar:
Sônia Maria Bergamasco e Vera Lúcia Botta Ferrante.**

Muito obrigada. Maria Moraes